

UniCEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Planejamento Urbano do Distrito Federal

Fátima Rangel de Quadros

Fátima Rangel de Quadros

Planejamento Urbano do Distrito Federal

*Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB,
como pré-requisito para a obtenção
do grau de Licenciatura no curso de
Geografia.*

Brasília-DF, novembro de 2001

Ficha Catalográfica

Quadros, Fátima Rangel de.
Planejamento Urbano do Distrito Federal

Brasília-DF, 2001. 42p.

Monografia apresentada ao UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília, como pré-requisito para a
obtenção do grau de Licenciatura no curso de Geografia.

1. Título.

Coordenadora do Curso

Prof^a Odette Resende Roncador

Orientador

Prof. Luiz Oswaldo Pamplona

*“País desenvolvido é aquele em que morrem
menos crianças.”*

CONGRESSO NACIONAL DE EDITORES

*Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo Dom da vida,
à minha família, pelo apoio recebido,
e a todos que de alguma forma contribuíram
para a minha formação profissional.*

MONOGRAFIA:

Planejamento Urbano do Distrito Federal

JUSTIFICATIVA:

A pesquisa procura analisar os conceitos do que é Urbanização, as políticas adotadas pelos centros urbanos e especificamente o desenvolvimento do Distrito Federal como um todo, e sua interferência no Plano Piloto de Brasília, diante das adversidades desse e dos impactos sociais causados por esse desenvolvimento. Nessa linha de raciocínio, a pesquisa tenta mostrar que é possível controlar e dirigir a urbanização em seu conjunto, a partir de políticas adequadas e uma redefinição dos valores de cidadania.

Outra proposta da pesquisa é a de analisar o fato urbano como componente de um processo de transformações estruturais da sociedade, principalmente das transformações econômicas, que se apresenta como um indicador geral que determina as categorias sociais.

APRESENTAÇÃO

Sendo Brasília uma das maiores áreas urbanas já tombadas, pode-se verificar que os problemas inerentes à urbanização e à preservação do espaço também se apresentam de forma proporcional. Observam-se problemas relacionados à cidade planejada e à cidade real, aquela que surge como um processo espontâneo de crescimento através de grupos de baixa e alta renda, além das diversidades culturais.

Nesse aspecto, o intenso processo migratório aparece como um desafio à manutenção do equilíbrio urbano, obrigando a cidade a criar novos mecanismos de assentamento dessas famílias e um esforço ainda maior no sentido da implementação de políticas públicas. Essas medidas devem se preocupar com a distribuição de pessoas e empregos, e dessa preocupação decorrem duas situações que se fundem: o equilíbrio urbano da região e o tamanho da cidade.

O que encontramos hoje em relação a Brasília, é que a divisão social do espaço urbano não corresponde a uma forma pré-determinada, mesmo com um plano a guiar o crescimento da cidade. O resultado é que o espaço social do Distrito Federal expandiu-se para fora de suas fronteiras onde a periferia e a própria região do Entorno, que diretamente interfere no equilíbrio urbano da cidade, carecem de políticas que atendam também a essas regiões.

Como consequência desse crescimento desordenado, verifica-se uma quase que total ausência de práticas de planejamento regional integradas, agravada pela falta de estruturas administrativas que possam tratar os problemas locais dentro de uma visão de totalidade, correndo o risco de dar a Brasília uma conotação de cidade excludente.

Outra consequência desse crescimento é verificada nos processos de ocupação do solo, tanto rural quanto urbano. Por muitas vezes, os instrumentos legais que deveriam cuidar da preservação do espaço físico se tornam impotentes diante das pressões que o intenso processo migratório exerce na região.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, diz em seu artigo 312: *“A política de desenvolvimento urbano e rural do Distrito Federal, observados os princípios da Constituição Federal e as peculiaridades locais e regionais, tem por objetivo assegurar que a propriedade cumpra sua função social e possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população mediante: I – adequada distribuição espacial das atividades sócio-econômicas e dos equipamentos urbanos e comunitários, de forma compatível com a preservação ambiental e cultural; ... VI – preservação dos bens de valor histórico, artístico e cultural dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e, em especial, do conjunto urbanístico de Brasília.”*

A falta de programas que possam resgatar princípios de cidadania, faz com que essas e outras medidas adotadas pelo governo se tornem ineficazes. Essa situação é agravada quando se percebe a pequena participação da comunidade nas medidas de preservação ambiental e uso racional dos recursos naturais, o que atesta a falta de consciência e a ausência de um espírito de co-responsabilidade.

A carência de programas de formação para a cidadania, a partir das escolas públicas e particulares, tem inibido o desenvolvimento dessa consciência em prejuízo da preservação da cidade enquanto Patrimônio Histórico da Humanidade. Dessa forma, faz-se necessário entender que a situação de equilíbrio urbano depende muito estreitamente da natureza das relações que existem entre o homem e a empresa onde ele trabalha, a cidade onde ele vive e o estado onde ele é cidadão. Depende também da concepção que o homem faz das condições de seu próprio desenvolvimento.

SUMÁRIO

Introdução, 11

CAPÍTULO 1. Brasília: do sonho à realidade, 13

- 1.1. O Distrito Federal e a integração nacional, 14
- 1.2. O perfil da cidade, 15
- 1.3. A identidade social, 16
- 1.4. O canteiro de obras e a identidade operária, 18

CAPÍTULO 2. Organização do Centro Urbano, 20

- 2.1. O Patrimônio Histórico da Humanidade, 21
- 2.2. As diferenças sociais, 23
- 2.3. Os processos migratórios, 25
- 2.4. O que Brasília tem e o que precisa, 27

CAPÍTULO 3. A cidade pública e a cidade do poder, 29

- 3.1. As manifestações culturais da Cidade, 30
- 3.2. A democratização e consolidação do espaço planejado, 31

CAPÍTULO 4. A ocupação do Distrito Federal, 33

- 4.1. A política de doação de terras públicas e seus efeitos, 33
- 4.2. A força de trabalho do Distrito Federal e as políticas públicas, 35

CAPÍTULO 5. Pode-se controlar e dirigir a urbanização?, 37

- 5.1. Perspectivas de futuro, 38

Conclusão, 41

Bibliografia, 42

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das cidades obedecendo ou não a projetos urbanísticos previamente determinados, leva-nos a uma pergunta: “O que é Urbanização?”

Segundo Dyckman, 1974 : 135, “urbanização é o crescimento das cidades, medido pela sua população dentro de seus limites políticos.” Porém, esse “crescimento” se apresenta como função estável ou não diante de uma nova interrogação: “Pode-se controlar e dirigir a urbanização”?

Considerando diversos estudos sobre urbanismo em diferentes cidades, encontramos um ponto em comum: o sucesso das medidas de planejamento urbano dependem em primeiro lugar, de um trabalho paciente de análise prévia das medidas a serem tomadas; outro ponto é a adesão total da população à iniciativa de seus representantes locais, o que os obriga às vezes a um esforço de informação ou mesmo de persuasão, e por último, depende da integração entre o centro e a periferia, e esse último aspecto retrata fielmente o caso em estudo.

Em Brasília ocorre um processo de urbanização rápida, caracterizado pelo explosivo crescimento de suas áreas habitáveis, onde se faz necessário entender o desenvolvimento urbano como busca e concretização da melhor adaptação recíproca possível entre o espaço e a sociedade, em benefício desta última.

Dentro desse conceito, percebe-se que o fato urbano deve ser analisado como um componente de um processo de transformações estruturais da sociedade, principalmente das transformações econômicas. E cuidar da proteção da capital federal, garantindo-lhe o exercício de sua função político-administrativa, além de promover o desenvolvimento econômico da região, onde tudo isso possa conviver em harmonia com a cidade enquanto Patrimônio Histórico da Humanidade é o grande desafio que o governo e a população enfrenta hoje.

Há muitos anos favoreceu-se a indústria em detrimento da agricultura, produzindo-se assim efeitos óbvios no crescimento urbano. Medidas que se

proponham inibir a especulação imobiliária certamente amenizariam o intenso processo migratório para o Distrito Federal, além da urbanização e implantação de equipamentos de infra-estrutura na periferia de Brasília, podem ser os primeiros passos no sentido de deter o crescimento desordenado. Associado a essas medidas, o estabelecimento das bases de um programa de desenvolvimento econômico e social, e o entendimento de Brasília como lugar central na região, se apresentam como medidas importantes na preservação de Brasília e seu projeto arquitetônico.

Brasília quando foi planejada, tinha o compromisso de estabelecer novos padrões de sociabilidade, oferecendo maior racionalidade e funcionalidade à vida dos cidadãos. Hoje a cidade se ressentida de procedimentos políticos renovadores que possam resgatar esse compromisso, correndo o grave risco de tornar-se uma cidade excludente, ou até mesmo criando dois tipos de cidade: a cidade do poder, que abriga sua elite política, e a cidade pública, capital de todos os brasileiros.

Faz-se necessário desmistificar a cidade, torná-la pública, sem perder seu status de centro do poder através de iniciativas que incentivem o turismo local. Essa medida faria com que a população “conhecesse” melhor o lugar em que vivem, e dessa forma, desenvolveriam uma consciência de co-responsabilidade e de convivência harmônica com a cidade planejada e a cidade real.

1. BRASÍLIA: DO SONHO À REALIDADE

A idéia da construção de Brasília se efetivou a partir da promulgação da Constituição de 1891, que estabelecia em seu artigo 3º:

“Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.”

Já em maio de 1892, é organizada a Comissão Explanadora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo engenheiro Luís Cruls, a pedido do então Presidente da República Floriano Peixoto.

O relatório final da comissão foi elaborado em dezembro de 1894, expondo em detalhes os motivos da escolha dessa área, que passou a ser conhecida por “Retângulo Cruls”, porém, só em 1920 é que o Presidente Epitácio Pessoa assinou um decreto autorizando o início da construção da nova capital. Essa providência, entretanto, limitou-se ao lançamento da pedra fundamental, em Planaltina, no dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência.

Em meados de 1930, inicia-se uma intensa campanha a favor da interiorização da capital, uma mudança também prevista pelas Constituições de 1934 e 1937, e já em 1940, o atual presidente Getúlio Vargas lança em Goiânia a campanha “Rumo ao Oeste”.

Em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek encaminha ao Congresso Nacional a “Mensagem de Anápolis”, propondo a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e o nome de Brasília para a cidade.

O projeto foi aprovado por unanimidade, convertendo-se na Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. A Novacap ficou sob a presidência do engenheiro Israel

Pinheiro, que imediatamente desenvolveu o plano-piloto do urbanista Lúcio Costa, e uma outra lei, a 3.273, de 1º de outubro de 1956, previa o início imediato das obras da nova capital, sob a direção técnica do arquiteto Oscar Niemeyer.

Brasília foi construída em apenas 41 meses, assumindo o papel de centro político-administrativo do país, pólo de desenvolvimento do Centro-Oeste e base para uma efetiva integração das diversas regiões brasileira.

1.1. O Distrito Federal e a integração nacional

Com pouco mais de 40 anos de vida, Brasília ainda é muito nova para possuir uma identidade social própria. Esse aspecto da cidade acentua sua condição de capital da integração nacional.

Por ser o centro do poder, Brasília já nasceu importante, mesmo sem possuir nenhum valor social ou econômico que pudesse ser destacado como padrão nacional. Talvez por esse motivo, a cidade tenha conseguido representar tão bem essa função de integrar tão diversificadas culturas.

O grande desafio era a ocupação do Distrito Federal, haja visto que a cidade não tinha nada que pudesse atrair sua futura população. Ao contrário do que apresentava a antiga capital, o Rio de Janeiro, possuidora de uma cultura popular bastante diversificada e valorizada pela mídia. O Rio de Janeiro era a síntese da identidade nacional. Já a cidade de São Paulo representava, como até hoje representa, o centro do poder econômico, simbolizando as aspirações da modernidade que o país procurava. Recife e Salvador, sintetizando a regionalização e a diversificação cultural do país, apareciam como cidades precursoras da autenticidade do país. A região Sul, representada por Porto Alegre apresentava uma população predominantemente branca e de tradição européia, representando a raça desejada pelas elites. Na região Norte, tendo a Amazônia como referência, representava a grande reserva mundial, um espaço ainda desconhecido, defendida mais por uma questão de orgulho, de soberania nacional.

Nesse contexto, Brasília sobressai pela proposta de uma união nacional, criando espaços novos a partir de adequações culturais impostas pela própria dinâmica e pelo novo padrão de vida encontrado na cidade recém-inaugurada. Nesse emaranhado de culturas e valores regionalizados, a união nacional se redefine. O resultado é o que conhecemos hoje: as tradicionais regiões brasileiras definidas institucionalmente por critérios estatísticos de fluxos de pessoas e mercadorias, segundo padrões existentes nas décadas de 1950 e 1960, são hoje história do passado. Brasília representou papel fundamental nessa nova geopolítica. O fenômeno atingiu um vulto de tal ordem que, provavelmente, nem mesmo Juscelino Kubitschek poderia imaginar a dimensão que essa integração iria atingir ao localizar a capital do país no planalto solitário.

A cidade cria um espaço social original onde, inserida na mistura de culturas regionais, junta-se o Estado, determinando as características da vida na cidade. Apesar de restrita no tempo, a história que se constrói indica um processo de intensidade poucas vezes observado, como está sendo a consolidação da vida urbana em Brasília.

1.2. O perfil da cidade

Traçar um perfil único da cidade, dificilmente retratará a realidade de Brasília, pois o processo de urbanização da cidade congregou características tão exclusivas que pelo menos no Brasil, não se pode encontrar nenhum processo parecido.

Para que se possa ter uma definição do perfil de Brasília, é necessário considerar os processos de regionalização, que apresentam-se de forma bastante diversificada, criando situações locais que se interligam ao centro urbano.

O crescimento físico e estrutural da cidade também interfere nesse perfil de Brasília, onde acentua-se as comunidades pobres e em consequência alarga-se a sua área de periferia, chegando-se a imaginar que o Distrito Federal como um todo não observa mais os seus limites traçados. Esse fato torna-se uma espécie de

realidade iminente a cada ano, evidenciado pela expansão da região do entorno e da necessidade de se absorver essa massa populacional com toda sua carga de carência de serviços públicos.

Uma questão a ser destacada é o papel exercido pelos movimentos populares para pressionar mudanças no quadro urbano. Ao contrário do vigor dos movimentos reivindicatórios das décadas passadas, percebe-se em Brasília um arrefecimento da ação popular e às vezes, até um certo descaso diante de tão importantes fatos políticos que são decididos na cidade que abriga o centro do poder.

Consultando vários autores, pode-se concluir que Brasília é considerada uma cidade terciária, com elevado poder de atração de migrantes, onde a cidade entra num processo específico no que se refere à sua dinâmica populacional. O fato mais marcante pode ser destacado pela política de distribuição de terrenos, caracterizada por um alto teor de clientelismo do governo local. Esse atrativo na distribuição e conquista de terrenos tem atraído não apenas populações carentes de outras regiões, mas também, e isso é lamentável, muitos políticos incapazes, que se deslocam para Brasília e usam desse artifício a favor de seus interesses pessoais.

Por outro lado, Brasília é uma cidade moderna, sendo seu centro, o Plano Piloto, um exemplo da revolução ocorrida na arquitetura a partir dos anos 1930, com os Congressos de Arquitetura Moderna e de acordo com a Carta de Atenas. O Plano Piloto possui um traçado em forma de avião, tem monumentos e palácios importantes e foi, por isso, tombado pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade.

1.3. A identidade social

Em qualquer cidade que se desenvolve dentro de padrões de normalidade, a construção da identidade social é sempre permeada por um processo de erros e acertos entre os grupos e suas práticas. Porém em Brasília, a formação da sua identidade dá de modo diferente.

Aqui encontra-se um estado que, mediante seu sistema de planejamento, encarrega-se de garantir a uniformidade social do Plano Piloto, transformando-o em um bairro de classe média presente em qualquer grande centro urbano.

Na maioria das cidades as pessoas terminam por se misturar no trânsito, no trabalho, na praia ou no futebol. Isso já não acontece em Brasília, pois sua principal característica está em ser a cidade do poder, e essa característica exige uma certa ordem que é tomada como referência.

Porém, considerando-se que Brasília já abriga aproximadamente dois milhões de habitantes, seria infantil dizer que haja algum mecanismo que garanta essa ordem referencial. É justamente aí que se encontra outra definição da identidade de Brasília. Enquanto o Plano Piloto apresenta uma beleza exuberante, e até uma certa monotonia raramente encontrado em outro centro urbano, as cidades satélites e principalmente as áreas de invasões e assentamentos, representam o feio, o anti-estético, o pobre, o sujo, pois foram criados a partir de uma grande parte da população miserável que foi removida a pretexto de se limpar alguma área próxima ao Plano Piloto, e que por motivos óbvios, causava algum mal estar às elites, representado pela ameaça de duas classes tão diferentes estarem ocupando o mesmo espaço.

A verdade é que ninguém é de Brasília. Uma cidade com pouco mais de quarenta anos de vida é suficientemente jovem para se dar ao luxo de não possuir ainda uma identidade própria, nascida e desenvolvida em solo candango. É justamente essa falta de uma identidade que tem sido apresentada como a marca registrada de Brasília.

Assim como hoje, é possível que ainda por muito tempo Brasília deverá ser sempre uma referência nacional, e na construção da imagem da cidade, de sua identidade, os políticos e a política monopolizam esta cena, sobrando apenas um exíguo espaço para a construção de uma identidade diversificada e complexa.

Outra população flutuante de Brasília, se refere ao grande número de estrangeiros que chegam à serviço na capital, criando um mundo paralelo que não se mistura com a vida da cidade. Ao contrário do migrante que vai a um país à procura de trabalho, e que para tanto é obrigado a se inserir no dia a dia do lugar escolhido.

Assim, a identidade social de Brasília segue um ciclo com início, meio e fim. Os pioneiros do tempo da construção, chegaram na cidade e criaram sua própria identidade social e seu ambiente sócio-cultural. Aqueles que vieram após a inauguração da cidade e que ainda permanece aqui, desenvolveram hábitos de sociabilidade que não interfere na população anterior nem muito menos nas pessoas que ainda hoje chegam a Brasília, com sua diversidade cultural, criando seus habitats próprios, respeitando a cidade como o centro do poder e preservando ainda aquela já comentada ordem referencial.

1.4. O canteiro de obras e a identidade operária

Desde a decisão de se construir a nova capital, Brasília assumiu o aspecto de um canteiro de obras em constante evolução, retratando um cotidiano marcado pela sociabilidade, onde também estão presentes as tensões e conflitos resultantes das relações de trabalho. Esse conjunto de situações de brincadeiras e descontração entre os colegas, além de brigas, discussões e ameaças aos gestores da produção, compõe um cenário no qual se constrói a identidade operária.

Porém, mesmo a identidade operária de Brasília, não eliminou as diferenças sociais internas da classe, como renda, gênero, etnia, religião e outras, as quais permanecem em plano secundário, porém podem também se configurar como referência para a construção de identidades de grupos operários específicos.

Nesse contexto, o processo de construção da identidade operária implica reconhecer a existência de diferentes posições dos trabalhadores na vida social, ou seja, profissionais, pais, maridos, vizinhos, consumidores, moradores, etc., de modo que se torne possível uma auto-representação de si mesmo em relação aos outros,

tendo como eixo o mundo do trabalho enquanto um espaço de sociabilidade e conflito que irá formando essa identidade.

A classe trabalhadora, na qualidade de sujeito e movimento, está em um processo de auto-fazer-se constante, a partir de práticas cotidianas pautadas em interesses comuns, que pouco a pouco configuram uma identidade operária. Essas práticas, constituídas a partir de certos valores e tradições modelam um campo de forças em que se contrapõem as de outros elementos sociais.

Dessa forma, o canteiro de obras torna-se o local onde o trabalhador é socializado de acordo com as regras definidas pela empresa e com o consentimento da sociedade.

2. ORGANIZAÇÃO DO CENTRO URBANO

Do ponto de vista da organização do centro urbano, é importante considerar que o processo de urbanização no Distrito Federal foi implantado pelo governo da União. Mas, se faz necessário salientar uma outra peculiaridade: a de ter um projeto, não explícito, de exclusão sócio-espacial da população pobre, antes mesmo de sua inauguração.

A distribuição da população no Distrito Federal se processou com os habitantes dos canteiros de obras e das favelas que se espalharam na cidade em construção. Assim, em 1958, com as favelas próximas à “Cidade Livre” se constituiu Taguatinga, hoje uma das maiores cidades-satélites do Distrito Federal. Seus moradores iniciais, operários, funcionários públicos e comerciários, receberam lotes ao longo de dois eixos de circulação e pouca infra-estrutura. Com o passar dos anos, mais favelas, que aqui receberam o nome de “invasões”, foram transferidas para Taguatinga.

Dessa forma, o Plano Piloto de Brasília e os demais núcleos urbanos foram projetados fisicamente ou implantados a partir de traçados em pranchetas de arquitetos-urbanistas. Falta à cidade a incorporação de variáveis sociais e ambientais para que, agregadas ao projeto físico-territorial e arquitetônico, se tenha uma cidade planejada com visão de totalidade não excludente.

A partir de 1960, o governo projetou outras localidades, como Sobradinho e Gama. Nessa época, Planaltina e Brazlândia, localidades goianas já existentes em 1960, receberam trabalhadores deslocados de acampamentos e favelas, passando a ser “cidades-satélites”.

Na atualidade, apesar das cidades-satélites terem recebido importantes órgãos do governo e atraído inumeráveis empreendimentos comerciais e de serviços, ainda não oferecem oportunidades de trabalho na proporção da sua população economicamente ativa e da força de trabalho em disponibilidade.

Desta forma, um dos grandes problemas da organização do centro urbano na atualidade, e que compromete em muito a qualidade de vida e o próprio planejamento urbano é a falta de trabalho, levando a grande parte da população ao subemprego e desemprego, gerando incontáveis bolsões de miséria espalhados por toda a cidade.

2.1. O Patrimônio Histórico da Humanidade

Brasília é considerada como a única cidade do mundo completamente estruturada pelos princípios da arquitetura modernista, o que lhe conferiu uma característica urbanística homogênea, uma vez que a cidade foi concebida como sistema integrado.

Por suas características únicas, Brasília corporifica a maior área urbana já tombada, tanto no país como no exterior.

Através da bibliografia consultada, é possível afirmar que Brasília é o resultado da confluência entre os interesses da elite política da época e da elite intelectual que vigorava no Brasil entre os anos 1930 e 1960.

Porém, nota-se que a elite do poder sobressai, quando percebemos que além de modernista, Brasília é também a cidade do poder, onde se define todas as decisões importantes do país.

A construção de Brasília foi organizada e operacionalizada a partir de valores típicos da ideologia modernista e modernizadora, forças que impulsionavam a sociedade daquela época.

Essa necessidade de mudança e de se estabelecer novos padrões de modernidade estava situada na vontade de se realizar mudanças no Brasil como um todo, cuja dinâmica deveria incorporar esses processos, os quais indicariam o rumo de uma progressiva ascensão da sociedade aos níveis das nações desenvolvidas.

Portanto, Brasília surgia com a real convicção de que seria uma referência para a humanidade, cuja referência fora oficializada com seu tombamento. Aspectos bem claros dessa convicção são encontrados quando entendemos que Brasília nasceu impulsionada pela determinação de gerar e estabelecer novos padrões de sociabilidade e solidariedade, assim como produzir hábitos capazes de imprimir maior racionalidade e funcionalidade à vida cotidiana dos cidadãos que, vindos de diferentes pontos do país, aqui encontraram um ambiente novo, sem história e sem tradição, onde essas pessoas podiam experimentar livremente sua cultura e seus hábitos, ao mesmo tempo que absorviam culturas e hábitos de outros de diferentes partes do país.

Em resumo, essa visão da nova capital, a necessidade do novo, do moderno, buscava ser o símbolo máximo de uma proposta de modernização e modernidade para um país até então definido como predominantemente rural, arcaico e conservador.

Reconhecer a importância de Brasília como patrimônio da humanidade, é outro ponto que merece destaque. Nas relações do cotidiano, os grupos sociais não incorporam o fato de Brasília ter sido tombada pela UNESCO como patrimônio mundial da humanidade, isso depois de vinte e sete anos de sua fundação.

Por vezes percebemos que o cidadão que mora em Brasília, não a reconhece por tal importância. Percebemos que falta ao habitante o conhecimento da história da cidade, as peculiaridades da sua arquitetura, seus monumentos, suas favelas, etc.

Para entender a relação entre os moradores de Brasília com a cidade enquanto patrimônio histórico da humanidade, se faz necessário classificar esses moradores em dois grupos: aqueles que nasceram na cidade, e já se sentem comprometido com seu projeto e portanto, buscam fazer a sua história; e um outro grupo que, por vezes, se apresenta de uma forma conflitante, pois chegaram em Brasília já adultos, trazendo uma concepção de valores e situações sociais já

definidos, e demonstram alguma resistência em redefinir esses valores, provocando uma situação de impasse entre o antigo e o moderno.

Portanto, até agora Brasília conseguiu manter sua proposta social e política, no entanto, assim como em outros centros urbanos, as políticas públicas se tornam ineficazes para que se possa controlar e dirigir a questão urbana, e infelizmente, diante da necessidade em se manter a dinâmica da cidade, adotam-se medidas paliativas, comprometendo sua função social, que é a integração nacional.

2.2. As diferenças sociais

O conjunto de valores sociais, instalado em Brasília ao longo de seus quarenta anos, apresenta características bem definidas, bastando para isso fazermos uma comparação entre a população do Plano Piloto e os moradores das diversas cidades-satélites.

Esse conjunto retrata fielmente a proposta inicial de Brasília como cidade do poder, e que para manter esse perfil, a cidade foi agregando valores culturais vindos de todas as partes do país, e que atuam como suporte a esse status que a cidade conquistou.

Nesse quadro, pode-se até fazer uma classificação por classes sociais e seu papel, observando as diferenças evidentes em cada situação. O Plano Piloto abriga a elite: políticos, altos funcionários públicos e empresários, convivendo numa cidade completa em infra-estrutura e opções culturais as mais diversas.

O perfil desse morador é de classe alta e média alta, e as relações sociais que acontecem entre eles mantêm uma uniformidade de valores, porém não se pode afirmar que essa população sirva de parâmetro para definir a cidade, já que todos estão ligados diretamente aos moradores das cidades satélites, seja pela necessidade da utilização de mão-de-obra, seja em função da atividade econômica do Plano Piloto, que não se desenvolveu numa proporção que atenda essa população. O comércio da cidade-satélite de Taguatinga atingiu níveis de

desenvolvimento bem mais satisfatórios, com uma imensa variedade de oferta de produtos e serviços, o que atrai moradores não só do Plano Piloto, como de todas as regiões do Distrito Federal e do Entorno.

Ao longo dos anos, e talvez por ser a primeira cidade-satélite a ser criada efetivamente, a população de Taguatinga goza de privilégios não encontrados nas demais cidades. A cidade oferece uma infra-estrutura e saneamento básico satisfatórios; a atividade comercial é muito intensa e a geração de empregos já absorve uma grande parte de seus habitantes economicamente ativos.

Quase que no mesmo contexto, aparece a cidade de Ceilândia, abrigando uma população quase que totalmente proveniente do Nordeste, e essa característica se evidencia através das feiras que a cidade incorpora.

Percebe-se uma integração social e um certo nivelamento de características culturais entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, embora esta última, tenha servido como um importante nicho a serviço de propostas políticas em tempos de eleição.

Por outro lado, cidades como o Guará e o Cruzeiro, destoam totalmente da realidade vivida pelos moradores de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, onde encontra-se uma população quase que totalmente de servidores públicos e alguns pequenos empresários. Não há nada que comprove uma diferença entre o nível social entre elas, porém sua população conversa e se afina mais com os hábitos do Plano Piloto.

Outras cidades, apesar de apresentarem carências mais marcantes no que diz respeito à urbanização e serviços públicos como o Gama, Recanto das Emas e Santa Maria, também desenvolvem suas características sociais próprias, e vêem o Plano Piloto como uma cidade que não faz parte do mesmo conjunto populacional.

Numa posição bem mais crítica, aparecem os assentamentos, como Riacho Fundo II, Cidade Estrutural, São Sebastião e outros que têm surgido de uma forma

quase que rotineira, onde concentra-se a população mais carente abrigada pelo Distrito Federal.

Essas populações são representadas pelos novos migrantes em busca do sonho da capital da esperança, ainda alimentado até hoje, e em consequência da falta de políticas públicas eficazes, estão transformando e dando uma nova conotação ao Distrito Federal, elevando a cidade à condição de uma metrópole comum, como São Paulo, Rio de Janeiro e outras, acarretando dessa forma, uma série de problemas sociais há pouco tempo não verificados em Brasília.

Junto a todo esse conjunto, a região do Entorno vive uma situação de inchaço populacional, onde se destaca a cidade de Águas Lindas de Goiás, que obteve um crescimento gigantesco nos últimos dez anos.

A relação de padrões sociais e suas diferenças coloca Brasília, enquanto centro do poder e capital do país, numa situação de ameaça à sua organização urbana, pois que todos esses núcleos habitacionais carecem de equipamentos e serviços públicos que têm se tornado ineficazes diante da grande demanda. Essa situação está mudando as características da cidade e da proposta original do Distrito Federal como centro de integração nacional, e caso não se priorize a organização desse processo de crescimento populacional e ocupação do solo, Brasília e todo seu patrimônio histórico corre o risco de não atender às expectativas daqueles que imprimiram seus esforços em busca de uma qualidade de vida satisfatória.

2.3. Os processos migratórios

A ocupação do Distrito Federal foi caracterizada pelo oferecimento de espaços para todo aquele que desejasse fixar residência em Brasília, com o objetivo de viabilizar a nova capital e concretizar um dos seus principais objetivos: a integração nacional.

Ao longo dos anos, com o crescimento da cidade, a inversão de valores e uma equivocada interpretação dos conceitos de Brasília como pólo administrativo e

patrimônio histórico da humanidade, esse corrida para o Centro-Oeste acentuou-se, causando um problema comum a todo centro urbano, que é o surgimento de favelas em função da falta de capacidade que a cidade apresenta em absorver toda essa mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação.

Em prejuízo de uma política de desenvolvimento sustentado, Brasília apresenta uma política habitacional com conotações assistencialistas, onde os responsáveis em manter a qualidade de vida através da preservação da cidade têm passado uma imagem equivocada quanto à ocupação do Distrito Federal.

O crescimento demográfico, acontecendo de uma forma racional, deve manter a mesma proposição com a capacidade de suporte das cidades, envolvendo serviços essenciais como saúde, educação, segurança, saneamento básico, enfim, um conjunto de fatores que atuam em favor de uma qualidade de vida satisfatória.

Por mais que se procure um motivo real que justifique o intenso processo migratório para o Distrito Federal e o crescimento gigantesco e desordenado que se verifica no entorno de Brasília, percebe-se que não existe nenhum elemento verdadeiramente positivo nesse processo, como o desenvolvimento da cidade enquanto centro urbano.

Todos os prejuízos advindos dessa corrida para Brasília na esperança de se “ganhar” um lote, tem sido incalculável. Embora se queira mostrar uma outra realidade, o que pode-se perceber com esse quadro é que o que está em jogo são interesses por áreas valorizadas que, em geral, são inicialmente ocupadas por pessoas “sem teto”, sem nenhuma referência na cidade, sem trabalho, e que passam a viver dependentes de uma atividade esporádica.

Identificamos com esse quadro, um crescente prejuízo social, com a proliferação de grupos de pessoas vivendo em situação de extrema miséria, o que fatalmente tem interferido e prejudicado a cidade e seu planejamento urbano, pois diante dessa situação, a cada dia se faz necessário criar mais e mais espaços para o assentamento dessa população.

Da forma como as coisas estão acontecendo em Brasília, o que se verifica é a situação crescente de exclusão social e miséria, por um lado, e por outro, o consumismo e o desperdício, e infelizmente os dois geram a degradação das áreas urbanas, e como consequência, perda da qualidade de vida.

2.4. O que Brasília tem e o que ela precisa

É difícil oferecer uma sugestão que venha amenizar os problemas urbanos da cidade sem falar em inovação.

A noção de sistema de inovação responde à constatação, já nos anos 1960 e 1970, da necessidade de ações integradas e coordenadas entre vários elementos sociais visando o desenvolvimento sócio-econômico. Nem o Estado por si só nem o setor empresarial podem dar conta do recado, dado a dimensão e a velocidade com que as coisas acontecem no Distrito Federal.

Destaca-se dessa forma, como condição para um desenvolvimento satisfatório, a integração e cooperação entre os três grandes grupos, ou seja, as instituições do governo, o setor empresarial, e as organizações comunitárias que podem cooperar na solução dos problemas atuais.

Além do aspecto quantitativo do desenvolvimento das forças produtivas, há que se considerar também a qualificação da força de trabalho como medida para garantir o mínimo de condições de vida para quem chega agora na cidade e também para quem já nela vive há muitos anos, pois esse excedente populacional tem interferido de forma prejudicial na situação de estabilidade de antigos moradores.

A realidade brasiliense ainda não corresponde ao sonho. O que surge de novidade, é que encontramos atualmente manifestações claras de que há algo de novo sendo incorporado aos padrões da cidade, e que estão diretamente relacionadas aos aspectos do ambiente social que favorecem a produção, acumulação e distribuição de uma nova ordem social.

Sendo Brasília uma cidade que pertence ao ambiente cultural e político brasileiro, as características do ambiente nacional fazem parte do ambiente local, exigindo pelo menos um rápido esboço daquelas que interferem diretamente na capacidade local de inovação.

A classe empresarial atua na cidade sem observar sua condição de capital do país, onde as práticas comuns a outros centros urbanos carecem de novas adequações que permitam manter o status de Brasília. Nesse sentido seria oportuno que as empresas desenvolvessem programas de formação profissional e projetos de produção nas cidades satélites e região do entorno, que viessem a amenizar o inchaço populacional.

As instituições de ensino, públicas e privadas, devem incluir em seus currículos temas transversais enfocando aspectos da cidade, oferecendo a partir dessas atividades, uma formação acadêmica que proporcionasse a redefinição de valores do cidadão em relação à cidade.

O governo deve agir como mediador entre empresas, escolas e comunidade, intensificando projetos de reorganização do centro urbano que possam despertar na população uma maior responsabilidade com o meio, além de oferecer programas assistenciais eficientes e que atendam à demanda de cada cidade, amenizando os prejuízos aos equipamentos públicos da capital.

3. A CIDADE PÚBLICA E A CIDADE DO PODER

A relação entre a cidade que abriga indivíduos de diversas regiões do país e o papel da cidade como centro administrativo faz com que o status social da cidade atinja cada um de seus moradores.

Quem mora em Brasília é visto como um ser diferenciado, por estar morando na capital do Brasil e dessa forma, esse indivíduo é visto como um ser que agregou toda a condição social refletida pela cidade para o resto do país.

Carregando a condição de Capital Federal, percebe-se a permanente procura de uma imagem que escape um pouco àquele que lhe é inerente e que é dada pelos políticos e suas práticas. Se prestarmos atenção ao plano da cidade, verificamos que sua arquitetura conseguiu se firmar no imaginário nacional e internacional como algo original, atribuindo-lhe uma imagem que lhe é peculiar: espaços amplos, uma arquitetura despojada, alguns monumentos de destaque como a catedral e o Congresso.

Essa é a imagem de Brasília enquanto cidade do poder. Porém, esta imagem aparece ainda como algo vazio. Não se tem muito claro o que são as pessoas que aqui habitam. Mais ainda, como se pode habitar em uma cidade que não tem calçada, não tem esquina, onde as referências dos espaços urbanos de qualquer outra cidade estão praticamente ausentes em Brasília.

Praticamente a relação entre a cidade do poder e a cidade pública pode ser observada na divisão do trabalho, que se reduz ao serviço público e à vida doméstica, descaracterizando qualquer possibilidade de construção de relações interpessoais que são as que trazem o prazer de se morar no espaço urbano.

Brasília é uma cidade que não aceita aquele que não tem um automóvel, transformando a apropriação de seu espaço como algo impessoal, distante. Uma cidade sobre a qual, apesar de sua funcionalidade, é de se perguntar como se construirá sua história.

A construção da identidade social é sempre garantida por um processo de erros e acertos entre os grupos e suas práticas.

Brasília é a representação de um Estado que, mediante seu sistema de planejamento, encarrega-se de garantir a uniformidade social do Plano Piloto, transformando-o em um bairro de classe média. No entanto, o lado público da cidade só é visível a partir de manifestações culturais que forçosamente promovem a integração entre um e outro segmento da cidade.

3.1. As manifestações culturais da cidade

A cultura e a identidade social de Brasília está sempre em formação. As manifestações culturais obedecem a um padrão imposto pela cidade, e se configuram dentro de um contexto regional de cada grupo.

Uma atividade cultural que acontece em Brasília desde logo após a sua inauguração, é a Festa dos Estados, um evento grandioso que tem como objetivo trazer para cá elementos representativos de todas as regiões e cidades brasileiras, na tentativa de se passar uma imagem de integração de povos e culturas.

Porém, ao longo dos anos, esse acontecimento vem perdendo força. A Festa dos Estados já não retrata fielmente esse lado da cidade, que é o de acolher e integrar uma diversidade cultural intensa.

Os jovens nascidos em Brasília tentam implantar na cidade uma mentalidade cultural importada de outros centros urbanos. Prova disso é a Micarecandanga e as Exposições Agropecuárias que acontecem na Granja do Torto, um exemplo real da deficiência de um processo cultural já consolidado.

Paralelo às manifestações populares, desenvolveu-se na cidade um lado místico bastante acentuado.

Brasília abriga as mais diversas formas de religiosidade, em um claro confronto com práticas tradicionais que aqui não conseguem responder às inquietações espirituais dos habitantes da cidade.

As religiões “alternativas”, mesmo tendo entre seus praticantes membros da elite da cidade, não se harmonizam nas normas das relações estabelecidas pelos cultos inseridos na ordem dominante. Os membros dessas religiões guardam uma discreta distância das decisões políticas do governo, mesmo que entre seus praticantes, se encontrem pessoas diretamente envolvidas com os processos políticos locais.

Grupos organizados e que se identificam com indivíduos de uma mesma localidade estão cada vez mais comuns em Brasília, principalmente em cidades como Ceilândia, Cruzeiro, Gama, etc., onde procuram estruturar suas atividades culturais de acordo com a afinidade regional de seus membros.

Na Ceilândia encontram-se grupos organizados como a Casa do Cantador, que procura difundir a cultura nordestina através da música, e da sua culinária. A cidade-satélite do Cruzeiro, abrigando um grande número de moradores provenientes do Rio de Janeiro, tem nas escolas de samba sua maior manifestação cultural; o Gama manifesta sua cultura através do futebol, e dessa forma, Brasília se diversifica em cultura, costumes e tradições vindas de fora, negando e adiando a sua própria identidade cultural.

3.2. A democratização e consolidação do espaço planejado

Após quarenta anos de fundação, somente alguns cariocas saudosos ainda pensam que se pode reverter o fato de que Brasília é a Capital do país. Entretanto, trata-se de algo irreversível. Mesmo porque hoje não se tem mais aquela euforia um pouco intransigente de desconstruir uma estrutura simbólica e concreta, como era a Capital no Rio de Janeiro, para reconstruí-la no meio do cerrado.

Construir Brasília significou também, construir novos símbolos nacionais. Trata-se de uma tarefa difícil, pois o peso de um Pão de Açúcar, de um Corcovado, de uma Copacabana, além de uma cultura já definida e rica em atividade popular, veio representar o maior desafio na construção de uma nova cidade que pudesse substituir esses valores.

Apesar de Brasília ter superado tudo isso, e criado novos valores e símbolos nacionais, permanece sempre atual a questão sobre como estruturar em Brasília, uma identidade própria que incorpore a realidade brasileira.

Na democratização e consolidação dos espaços do Distrito Federal, pode-se afirmar que o cerrado, com toda sua diversidade e riqueza, passou a ser conhecido após a construção de Brasília.

4. A OCUPAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A ocupação do Distrito Federal apresentou-se como o próximo desafio após a decisão de se construir a nova capital do Brasil.

Nesse ponto identificamos dois momentos dessa ocupação. O primeiro tinha um objetivo específico, o qual era trazer para cá, pessoas que assumiriam as função da cidade como centro administrativo do poder e que, por uma necessidade óbvia, despertou o interesse de um outro grupo, que eram aquelas pessoas que deveriam desenvolver atividades de suporte ao primeiro, como serviços de hotelaria, alimentação, transporte, construção civil, etc.

O segundo momento dessa ocupação está condicionado a uma falsa idéia de que Brasília ainda hoje é a capital da esperança, cuja capacidade de suporte referente a serviços essenciais como moradia, trabalho e educação ainda não está totalmente saturada.

Nesse processo de ocupação tem-se gerado situações de grande prejuízo para a cidade e para essa população, onde na maioria das vezes se submetem à manipulação de políticos a favor de seus interesses.

4.1. A política de doação de terras públicas e seus efeitos

Na origem do Distrito Federal, as terras eram, em sua maioria, abundantes e não regularizadas. A cidade foi construída com base em uma estrutura jurídica que dava margem a práticas aparentemente selvagens na ocupação das terras.

Com o passar do tempo, o tão valorizado planejamento urbano de Brasília não impediu que o seu espaço entrasse na lógica da segregação territorial. Conceber o paraíso na terra, como parece ter sido a proposta original dos arquitetos ao formularem o Plano Piloto, teria que vir acompanhado de um desconforto das outras cidades satélites.

A concepção autoritária de espaço urbano/habitacional não conseguiu impedir desvios, mesmo se na sua origem pouco incomodassem, dada à excessiva oferta de terrenos, e que eram oferecidos e doados à população da época.

Porém essa facilidade na aquisição de terrenos chegou ao fim rapidamente, e a realidade habitacional da cidade é outra bem diferente. Os aluguéis em Brasília são os mais elevados do Brasil. Olhando-se através da janela, vê-se muitas áreas vazias e apesar disso, não se consegue comprar um terreno, a não ser em loteamentos clandestinos. Isso para quem tem renda familiar de trinta ou quarenta salários mínimos.

Curiosamente, a política desenfreada de doação de terras públicas pelos governos passados veio acompanhada de uma supervalorização dos imóveis do Plano Piloto. Entre a radical transformação estética dos setores comerciais e bancários no cruzamento das Asas Sul e Norte, desenvolveu-se a prática de construção de condomínios, em que se misturam interesses políticos, empresas imobiliárias e corretores.

Esse comportamento deu ao mercado imobiliário local uma característica única, que foge a qualquer padrão do mercado: em uma cidade onde o fator abundante por excelência é a terra, tem-se o mercado imobiliário dos mais caros do país, calcado em uma falsa imagem de escassez.

A estruturação da cidade se deu paralelamente à consolidação de grupos de interesses que inserem o espaço local na lógica do poder urbano do país. A burocracia, com acesso automático às decisões do planejamento urbano, instalou-se em uma situação ímpar entre poder estatal e interesses do mercado imobiliário. Certamente está aí a razão da vista grossa que o poder público sempre praticou na cidade, quando se tratava de invasões de faixas públicas, sobretudo nos terrenos dos lagos.

A verdade é que a cidade estava despreparada para enfrentar as invasões da classe média, e que se instalavam preferencialmente nas áreas de preservação ambiental.

Com essa política equivocada, o crescimento populacional explodiu. As forças políticas se organizaram, as eleições locais tomaram corpo, as propostas para o espaço urbano começaram a vivenciar disputas cotidianas. E nesse quadro, o que se vê é que o projeto original de Brasília já não era a única proposta da cidade.

Em detrimento das outras cidades-satélites, causa estranheza o zelo e infraestrutura existente no Plano Piloto, além da grande quantidade de espaços vazios, mantidos por questões desconhecidas e servidos por um sistema de infraestrutura urbana de primeira qualidade.

Morar no Plano Piloto é um privilégio, pois não há um nível elevado de violência, não há poluição, o trânsito é de certa forma, civilizado, existem muitas áreas verdes e um policiamento eficaz. Infelizmente essa imagem entra em conflito com as outras cidades, chegando mesmo a incomodar seus moradores, acentuando mais ainda a grande diferença social praticada no Distrito Federal.

4.2. A força de trabalho Distrito Federal e as políticas públicas

O crescente número de condomínios e áreas ocupadas por invasões e assentamentos advém da falta de uma política habitacional eficiente. Nesse aspecto, Brasília não foge à regra geral das grandes cidades, existindo no Distrito Federal uma crise pela falta de moradia e outra por inexistir horizonte para maior absorção da força de trabalho em disponibilidade.

Para tentar atrair empreendimentos capazes de gerar novos postos de trabalho, tentou-se vender uma nova imagem de Brasília como sendo uma cidade com grande capacidade de crescimento industrial e um ótimo lugar para investimentos.

A estratégia empresarial e governamental foi estabelecida ante a alta taxa de desemprego local e a ampliação do chamado “setor informal”, cujo expoente tem sido a “Feira do Paraguai”, um enorme aglomerado de vendedores de rua, vivendo sob a mira da Receita Federal para que paguem impostos, deixem de vender contrabando e se legalizem sob a forma de microempresários.

Como há demora no estabelecimento de programas de desenvolvimento local e prevendo o agravamento das questões sociais, Brasília enfrenta no presente, problemas que apontam para um futuro pouco promissor caso não se criem políticas eficazes que permitam com que essa força de trabalho se organize, como forma de minimizar os problemas sociais enfrentados no momento.

A situação exige políticas públicas consistentes, que se perpetuem por diferentes administrações, deixando de lado ações isoladas e sem continuidade.

Essas políticas devem considerar questões como a falta de oportunidades de trabalho, má distribuição dos equipamentos e serviços urbanos, carências no setor habitacional, com enorme déficit de moradias, em especial nos assentamentos de periferia, transporte público deficiente, não atendendo a grande demanda dos que, saindo das cidades-satélites, deslocam-se para o trabalho, para estudar ou para procurar serviços no bem equipado Plano Piloto.

5. PODE-SE CONTROLAR E DIRIGIR A URBANIZAÇÃO?

Na busca de soluções viáveis para amenizar os problemas do centro urbano, pode-se verificar que é necessário incorporar variáveis espaciais que possam dar uma nova dimensão na distribuição territorial dos problemas, observando suas respectivas proporções, e visualizar competências e instrumentos de gestão da cidade.

Numa perspectiva de futuro, é necessário considerar a escala nacional/regional que se rebate espacialmente em Brasília, afetando a Capital e seu Entorno e que possui, no seu interior, problemas de falta de oportunidades de trabalho, como comprovado na pesquisa, tanto no meio rural e nas cidades, submetidas ao processo recessivo.

A recessão provoca um continuado esvaziamento da área rural, com migrações campo-cidade e cidade-cidade. As correntes migratórias que possuem como destino o Distrito Federal não procuram apenas as escolas, os hospitais, mais bem equipados, os terrenos doados, mas sobretudo as oportunidades de trabalho que, supostamente, seriam encontradas em uma cidade em permanente construção.

A escala metropolitana, funcionalmente interligada, necessita de urgentes medidas de gestão do respectivo território com base em cooperação interestadual. Nesse aspecto, a formalização da gestão metropolitana deverá ser o ponto de partida para a correta aplicação de recursos escassos, evitando-se a duplicação de investimentos, sobretudo nos equipamentos de uso comum e coletivo.

Nos anos de 1970, alguns esforços foram feitos entre o GDF e o governo de Goiás para viabilizar mútua cooperação, mas as idéias então discutidas bilateralmente não prosperaram entre uma administração e outra.

Há necessidade de vontade política dos governantes da área em questão, visando implantar as sugestões reiteradamente oferecidas por equipes técnicas.

A escala local, interna ao DF, requer atuação conjunta do governo federal e local para viabilizar investimentos e medidas que atenuem o processo recessivo.

Na atual gestão do GDF, surgem algumas iniciativas para a construção de uma ponte entre as administrações federal e distrital naqueles setores básicos, como o da saúde, educação, segurança pública, nos quais, por tradição, o governo federal suplementa verbas para o atendimento das demandas de âmbito federal.

Em síntese, deve-se insistir para que as políticas de gestão do território tornem-se efetivas, pois a todo momento a dinâmica urbana impõe questões novas e desafios para a análise sócio-espacial.

5.1. Perspectiva de futuro

Considerando a necessidade de mudanças e implementação de medidas urgentes com vistas à preservação do centro urbano de Brasília, e de proporcionar condições de vida salubres para todos que se abrigam no Distrito Federal, é oportuno considerar as seguintes situações a seguir.

Em termos de políticas públicas, em primeiro lugar, qual a visibilidade que a apartação sócio-espacial tem para os governantes e responsáveis pelas políticas de distribuição de renda e do produto social?

A questão se reveste de importância em razão da continuada crise social que se abate sobre as grandes cidades, onde o desemprego, o desabrigo e a miséria são mais concretos e se revestem de maior gravidade.

Como a maior parte das tensões sociais nas cidades brotam e mantêm-se em razão da iníqua distribuição da riqueza, é chegada a hora de uma decisão de ordem política para reverter a situação descrita de injustiça social existente no meio urbano brasileiro. Para o meio rural, o equacionamento do problema da reforma agrária é vital, como alternativa de geração de trabalho e para a produção de alimentos de subsistência.

Em termos de gestão do território, é forçoso reconhecer a necessidade de se implantar políticas de desenvolvimento regional com novas bases e formatos, sepultando velhas práticas fisiológicas, clientelistas e paternalistas.

Essas políticas devem ser orientadas pela busca da realização dos anseios regionais e com base nas respectivas potencialidades. Sem políticas e programas orientados, a partir das bases e aspirações regionais, não serão eliminadas as fontes que abastecem a cidade dos migrantes empobrecidos, dos “sem teto” e, hoje, dos “sem trabalho”.

Observa-se que, estando as questões espaciais intimamente interligadas às questões de ordem social, como gerir o território para atender às crescentes pressões, sobretudo dos desfavorecidos, da massa excluída?

No que diz respeito à gestão local, o “mapa” físico-espacial elaborado nos tempos pioneiros para Brasília não pode contemplar o alcance das metas, ante a avalanche dos problemas, como construir um novo desenho, que inclua as relevantes questões sociais e ambientais.

As supostas soluções, apresentam-se em âmbito regional mais abrangente, hoje carente de políticas públicas que dinamizem suas potencialidades e evitem as correntes migratórias para o Distrito Federal e para outras metrópoles.

Por isso, vê-se como importante o retorno às práticas de planejamento regional de cunho integrador e com visão de totalidade.

Portanto, é importante que se coloque como prioridade, as práticas que possam gerar fontes de trabalho com a manutenção de atividades antigas e grandes possibilidades de se reduzirem os impactos negativos que se verificam.

A idéia central é demonstrar que a atuação governamental pode tornar-se mais eficiente se for capaz de enxergar o ambiente urbano como uma totalidade e se

estabelecer programas menos fragmentados no tempo e no território, sobretudo com sua capacidade de gerar empregos e renda.

Em síntese, cabe no momento atual de Brasília, um intenso processo de inovação, independentemente de se tratar de setores modernos ou tradicionais.

Em todos os casos, o fator predominante da inovação e do dinamismo é o conhecimento, e este só se reflete em mudança se tem em seu contexto elementos de instrução, formação, informação e de criatividade. Resta-nos saber se o ambiente cultural e institucional de Brasília poderá favorecer e intensificar a aplicação desses aspectos do conhecimento para um maior desenvolvimento social e econômico.

CONCLUSÃO

A abordagem do assunto permitiu identificar duas situações importantes do Distrito Federal. A primeira, gerada no auge da empolgação, da conquista, da construção da nova capital, onde encontramos uma população comprometida com a cidade através da implantação de sua cultura, seus valores, sua identidade.

Passado alguns anos de sua inauguração, apresenta-se a segunda situação, que é a cidade fria, metódica, excludente, que consegue manter uma distância entre sua população, evidenciando suas diferenças sociais.

Encontramos no decorrer da pesquisa, alguns pontos potenciais que irão dar a Brasília, uma conotação de centro urbano funcional sem perder suas características de patrimônio histórico da humanidade.

Um desses pontos concentram-se especialmente no parque industrial jovem, que em futuro breve, pode representar uma vantagem no processo de crescimento urbano da cidade, na medida em que permite maior flexibilidade e agilidade para aproveitar as aberturas de oportunidades que estão surgindo, proporcionando uma melhor adequação do sistema urbano, produzindo novas escalas de benefícios para sua população.

Outro ponto a ser destacado, é a multiplicação de instituições de ensino superior que tem surgido em Brasília, que favorecem uma formação melhor para um maior número de pessoas e a implantação de novos programas desenvolvidos em parcerias com o setor produtivo.

Brasília está prestes a viver uma nova campanha política, com eleições para governador, deputado distrital, federal, senador e presidente da república. Esse fato deve assumir o compromisso de ser um momento determinante na vida do morador de Brasília. O momento que o Distrito Federal vive, pode ser definido a favor tanto da cidade quanto de sua população, bastando para isso, que cada um assuma sua parcela de co-responsabilidade com a cidade e o meio em que vive.

BIBLIOGRAFIA

DICKMAN, John. Simpósio sobre desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro : Rio de Janeiro, 1974.

DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica, 1993. Lei Orgânica do Distrito Federal. Brasília : Câmara Legislativa, 1993.

ENCICLOPÉDIA DELTA UNIVERSAL, vol. 3, Rio de Janeiro. Delta : 1980.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília: a construção do cotidiano. Paralelo 15 : Brasília, 1997.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. A nova capital federal e o planalto central do Brasil. Thesaurus : Brasília, 1985.

RELATÓRIO DA COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRASIL. Brasília : Codeplan, 1992.

SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL. Vol. I, Inventário Bibliográfico, Brasília : Codeplan, 1988.

